

QUESTÕES DE GÊNERO NA ATENÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SAÚDE EM UMA UBS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Mariana Fagundes de Almeida Rivera ¹
Ianni Regia Scarcelli ²

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisa de Mestrado em Psicologia Social realizada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, desenvolvida a partir de visitas a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de São Paulo, onde foram observadas ações de profissionais de saúde no contexto da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

A pesquisa teve como objetivo analisar como se manifestam questões de gênero na Atenção Básica do SUS. Compreendendo que há intersecção entre gênero, raça e classe, o trabalho também analisou questões que perpassam essa relação, fundamentando-se teórica-metodologicamente a partir da perspectiva da psicologia social postulada por Enrique Pichon-Rivière, em diálogo com a produção de autoras feministas e da interseccionalidade.

Nesse sentido, foram buscadas referências dos estudos de gênero, dos feminismos e do campo que considera a interseccionalidade, ao entender que as questões de gênero, raça e classe perpassam toda e qualquer relação interpessoal, inclusive no contexto da saúde. Com a crítica à classificação de pessoas e ao “equivoco lógico de igualar mulher e gênero” (HARAWAY, 2004, p. 235), foi adotada no trabalho a compreensão de que gênero, como propõe Donna Haraway:

é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004, p. 211).

Considerou-se questões de raça e classe, já que, como afirma Sueli Carneiro, a “raça social e culturalmente construída é determinante na configuração da estrutura de classes no Brasil” (CARNEIRO, 2011). Luiza Bairros (1995), por sua vez, aponta que do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma dimensão não existe sem a outra. Sendo assim, orientou as reflexões apresentadas a perspectiva da interseccionalidade, que ensina a não se priorizar

¹ Mestre pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - SP, mariana.fagundes.rivera@gmail.com;

² Professora orientadora: Livre docente, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - SP, iannirs@usp.br.

nenhuma opressão, entendendo que gênero, raça e classe têm imbricações e, por isso, a estratégia de luta não deve desprivilegiar nenhuma dessas dimensões (COLLINS, 2000).

Para fundamentar a definição de instrumentos, procedimentos e análise de resultados na pesquisa, lançou-se mão da psicologia social formulada por Pichon-Rivière. O caminho metodológico traçado sustentou-se principalmente nos estudos desenvolvidos por Ianni Scarcelli (1998, 2002, 2011, 2017). Em uma Unidade Básica de Saúde no município de São Paulo foram realizadas observações das práticas desenvolvidas por profissionais de saúde que, ao serem registradas em diário de campo e posteriormente refletidas, levaram a discussões importantes para o campo da saúde, como a não naturalização de desigualdades e a busca de sua superação.

OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo analisar como se manifestam questões de gênero na Atenção Básica do SUS e quais suas implicações nas práticas de saúde, do ponto de vista do cuidado, relações, concepções e políticas públicas. Ao considerar que gênero, raça e classe estão imbricadas, também se analisou essas diferentes dimensões a partir da noção da interseccionalidade.

MÉTODO

Tomando-se como referencial a psicologia social proposta por Pichon-Rivière (2005), foram realizadas visitas em uma UBS no município de São Paulo, onde foram identificadas situações e temas relacionados a questões de gênero e sua intersecção com raça e classe. Tais visitas, totalizando cerca de trinta, ocorreram entre fevereiro e junho de 2019, sendo possível participar de atendimentos em grupo e individuais, visitas domiciliares e reuniões de equipe. Essas visitas e as reflexões feitas a partir delas foram registradas em diário de campo, que foi analisado fundamentando-se no aporte teórico pichoniano.

A UBS visitada compõe a rede de atenção básica à saúde e é responsável por uma área de 25 mil pessoas. Conta com um grupo de profissionais de medicina, enfermagem, psicologia e administrativos, entre outros, além de receber regularmente estudantes para estágios. As ações de saúde realizadas são, principalmente, consultas individuais, grupos e visitas domiciliares, integrando o atendimento a atividades de promoção e cuidado da saúde.

As observações realizadas nas visitas à UBS e as reflexões delas decorridas foram registradas em diário de campo que, tendo sido analisado tomando-se como referência o

aporte teórico proposto por Pichon-Rivière e os estudos de gênero e interseccionalidade, motivou as discussões a seguir apresentadas.

RESULTADOS

Diversos aspectos emergiram nas visitas à UBS, a partir do objetivo de verificar como se expressam questões de gênero, raça e classe na Atenção Básica do SUS. Considerando esses aspectos e o referencial teórico sobre gênero e interseccionalidade adotado, três pontos foram evidenciados: 1) divisão sexual do trabalho, maternidade e ausência paterna; 2) centralidade das práticas de saúde da mulher na reprodução; e 3) binarismo das políticas públicas de saúde.

Por meio desses pontos, foi possível debater a relação entre o que tem sido experienciado no campo da saúde e concepções que retomam construções dicotômicas em termos de público/privado, cultural/natural, assim como concepções naturalistas que apresentam explicações de causalidade biológica no que tange a gênero e raça. Sabe-se que movimentos feministas questionaram essa polarização que produz uma relação hierárquica e desigual entre os gêneros. A perspectiva interseccional mostra ainda como gênero se interconecta com raça e classe, de modo a não poder ser analisado sozinho.

Sendo assim, refletiu-se sobre questões ligadas à divisão sexual do trabalho e à naturalização da mulher como responsável pelos cuidados domésticos e com os filhos – conteúdos muito frequentes nas ações realizadas na UBS, como atendimentos e grupos. Também puderam ser discutidas concepções naturalistas reproduzidas em termos de discursos biomédicos: aspectos referentes ao modo de cuidar das crianças, questões ligadas à gestação, parto, amamentação, ou seja, maternidade de modo geral, encontram relação com tais discursos. A ausência paterna e a sobrecarga feminina em relação às tarefas domésticas e de cuidados com os filhos, por exemplo, se tornam naturalizadas e reforçadas por essas concepções. Nesse sentido, observaram-se dificuldades na promoção de vias de acesso aos homens que são pais, assim como considerações de determinados ideais de maternidade, que expressavam questões intrinsicamente ligadas a raça e classe. É possível refletir como isso pode acabar pautando determinadas expressões como ideais e negligenciando outras.

Além disso, o discurso biomédico, ao se apoderar de determinados temas, os reduz à sua condição biológica, como o que acontece quando práticas de cuidado em saúde para as mulheres acabam se centrando na reprodução. Isso foi observado na UBS visitada, onde o acompanhamento de saúde das mulheres cisgênero eram centrados em questões como

menstruação e menopausa, exames de Papanicolau e mamografia. Além disso, a atenção à contracepção estava também sempre em evidência.

Nesse ensejo, foi percebida uma circulação mais frequente de mulheres cisgênero na UBS, uma vez que elas compareciam para suas próprias consultas ou para levar os filhos para atendimento. Já em relação a homens cisgênero (sobretudo jovens e trabalhadores) e pessoas trans, encontrou-se uma dificuldade de promoção do acesso, o que levantou uma discussão a respeito do binarismo das políticas de saúde.

Refletiu-se, assim, sobre a Atenção Básica se mostrar como um espaço que prioriza a chamada “saúde da mulher”. As mulheres, por sua vez, respondiam a isso comparecendo com frequência ao serviço de saúde e acabavam se tornando alvo de mais ações que as faziam visitar mais o serviço, numa constante equação que se retroalimenta.

No entanto, ao dizer que a Atenção Básica prioriza a “mulher”, de que “mulher” se fala? Levando-se em consideração aspectos ligados não só a gênero, mas também a raça e classe, como aponta a interseccionalidade, não é possível deixar de pensar que mulheres negras e brancas, ricas e da classe trabalhadora, têm vivências diferentes e enquanto o foco está na dimensão biológica e questões reprodutivas, a priorização recai sobre as mulheres cisgênero e heterossexuais.

Esses aspectos da prática no serviço de Atenção Básica que foram observados levaram à reflexão sobre o tradicional binarismo homem/mulher, que é um sistema de oposição tomado como fixo e permanente, e utilizado para explicar desigualdades em termos naturais e imutáveis (SCOTT, 1995). Esse sistema cria hierarquias entre grupos de pessoas que provocam, entre outras coisas, desigualdades de acesso a direitos. Importante ainda considerar que, como afirma Butler (2018), uma especificidade sobre pessoas, corpos e gêneros só é pensada justamente no interior desse binarismo masculino/feminino, e esse feminino em específico fica descontextualizado, separado da constituição de classe e raça.

Sendo assim, o estudo levantou perguntas sobre quais caminhos seriam possíveis para que a Atenção Básica possa se configurar como espaço de contestação não só das desigualdades ligadas a gênero, mas também desse binarismo, dessa hierarquização e dessa descontextualização em relação às questões de raça e classe.

CONCLUSÃO

As reflexões realizadas na pesquisa trouxeram questões sobre como as unidades de saúde da Atenção Básica poderiam se configurar em espaços de contestação de aspectos como: idealização da maternidade, naturalização da divisão sexual do trabalho,

essencialização dos sujeitos de modo a não considerar contextos ligados a gênero, raça e classe, entre outros.

Se considerarmos que a especificidade faz diferença no contexto das práticas desenvolvidas nos serviços – considerando demandas que chegam ao setor da saúde – talvez esta não possa ser generalizante a ponto de desconsiderar contextos sociais, econômicos, políticos nos quais as pessoas estão alocadas. Se forem contempladas nessas práticas as intersecções de gênero, raça e classe, há a possibilidade de contribuição para que não se reproduza sexismo, racismo e classismo nos serviços de saúde.

Reconhecer tais pontos leva a uma discussão sobre a intersetorialidade, já que esta estratégia busca superar a fragmentação das políticas, articulando vários setores da sociedade, inclusive movimentos sociais, no sentido da garantia do direito à saúde (PAIM, 2009). O presente estudo traz a reflexão, assim, sobre a impossibilidade de se lidar isoladamente com questões complexas como demandas ligadas a gênero, raça e classe em uma sociedade que está continuamente em mudança.

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida em momento anterior à pandemia de Covid-19. Mas, é possível pensar que o atual cenário da pandemia levanta questões que vão ao encontro daquilo que foi trabalhado nesse estudo, uma vez que problemáticas ligadas a gênero, raça e classe ficaram mais evidentes nesse período de intensa crise sanitária, social e política. Considera-se, assim, que a presente pesquisa pode colaborar também para se pensar os desdobramentos atuais e futuros desse período.

Palavras-chave: Políticas públicas; Saúde pública; Psicologia social; Gênero; Interseccionalidade.

REFERÊNCIAS

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-63, 2º sem. 1995.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P.H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment.** London: Routledge, 2000.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p- 201-246, 2004.

PAIM, J.S. **O que é o SUS.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O Processo Grupal.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCARCELLI, I. R. **O movimento antimanicomial e a rede substitutiva em saúde mental: a experiência do município de São Paulo – 1989-1992.** 1998. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SCARCELLI, I. R. **Entre o hospício e a cidade: exclusão/ inclusão social no campo da saúde mental.** 2002. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCARCELLI, I. R. **Entre o hospício e a cidade: dilemas no campo da saúde mental.** São Paulo: Zagodoni, 2011.

SCARCELLI, I. R. **Psicologia Social e Políticas Públicas: Pontes e Interfaces no Campo da Saúde.** São Paulo: Zagodoni, 2017.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, Jul-Dez. 1995.